

MACHADO DE OLIVEIRA, A PESQUISA HISTÓRICA E A HISTÓRIA REGIONAL

Célio DEBES

Dentre os empreendimentos assinaláveis do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no início de suas atividades, destaca-se sua preocupação em devassar arquivos nacionais e europeus, na busca de documentos de interesse para a reconstituição de nosso passado histórico. Dessa missão, de alta responsabilidade, incumbiu vários de seus associados. No tocante a um dos mais importantes repositórios documentais do País, o da Câmara Municipal de São Vicente, a primeira comuna fundada no Brasil, o encargo tocou a José Joaquim Machado de Oliveira.

O significado desta escolha é ressaltado por José Honório Rodrigues, para quem ela "recaia sobre um pesquisador comprovado, que já em 1841 havia proposto iniciativa semelhante nos arquivos da Bahia. Sabendo pela história de Gomes Freire de Andrada da existência do roteiro de João Velho do Vale, grande prático das terras do sul nos fins do século XVII, sugeriu que se promovesse uma pesquisa com o fito de encontrá-lo nos arquivos baianos".

Contudo, não lhe foi dado desempenhar, pessoalmente, a tarefa - como esclareceu à Entidade que o comissionara. É que estava empenhado no mister, que lhe confiara o Presidente da Província de São Paulo, de organizar a estatística desta unidade administrativa do Império, a ser apresentada à Assembléia Legislativa.

Incumbira João Pereira Pinto, que da Capital transferia residência para São Vicente, de proceder ao levantamento dos documentos da municipalidade. Frustrou-se, porém, o intento, uma vez

que o pesquisador nada encontrara... Machado de Oliveira informa o que houve. Com a publicação da **Memória para a História da Capitania de São Vicente**, de Frei Gaspar da Madre de Deus (1797) aguçou-se o interesse pela cidade. Visitantes, nacionais e estrangeiros, "que -assinala o Brigadeiro - a título de verem o rico e venerando arquivo da câmara, ou consultarem nele alguns pontos históricos, (...) subtraíam-lhe os códices mais preciosos e os documentos das primeiras épocas da Capitania de São Vicente, as peças de maior importância e imprescindíveis para os estudo históricos da província e talvez do país". E indica, com rudeza e revolta o responsável pelo descalabro. A incúria oficial. "A imbecil indulgente edilidade" de São Vicente, que "dava sua criminosa aquiescência a tudo, acedia a todos os pedidos com incomparável indiferentismo".

A indignação e a aflição deste estudioso, manifestada há coisa de 150 anos, ainda avassala os que se dedicam à pesquisa histórica, diante do descaso a que ficam expostos os repertórios da memória nacional.

Machado de Oliveira desfrutava de uma posição social destacada. Era militar de carreira, aposentado no posto de Brigadeiro. Alternou suas atividades entre os serviços das armas, inclusive pelejando nos campos de batalha, o exercício de comissões administrativas (membro do governo provisório do Rio Grande do Sul formado logo após a Independência, tendo, também, integrado seu primeiro Conselho; presidente das Províncias do Pará, do Alagoas, do Espírito Santo e de Santa Catarina) e o desempenho de mandatos legislativos (deputado geral pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, deputado provincial à Assembléia Legislativa paulista e vereador à Câmara Municipal paulistana, da qual foi presidente). É apontado - por Joaquim Manuel de Macedo como um dos fundadores do Instituto Histórico Brasileiro, asserção que não encontra apoio em Feijó Bittencourt. No entanto, o órgão oficial do Instituto agasalha colaborações suas desde seus primeiros números. O volume IV da **Revista** insere duas de suas produções: "Qual a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?" (p. 168) e "A celebração da Paixão de Jesus-Cristo entre os Guaranis" (p. 331).

Além desses dois, o Índice da Revista daquela Instituição, que abarca seus primeiros noventa volumes (1839-1921), arrola mais

dezenove contribuições intelectuais ou participações suas nas atividades do Instituto. Ao tempo em que essa publicação se denominava **Revista Trimestral de História e Geographia** ou **Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro** divulgou a "Notícia raciocinada sobre as Aldeias de Índios da Província do S. Paulo desde seu começo até a actualidade". Este seu interesse pelos silvícolas, traço comum dos três trabalhos mencionados, deve ter influído para sua nomeação para as novas funções oficiais que lhe foram atribuídas, a de diretor geral dos índios da Província.

Depois de seu falecimento, várias de suas produções vieram a lume inseridas, principalmente, no **Almanch Litterario de S. Paulo** e na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. É autor, ainda, de um mimoso volumezinho (16,3 cm x 11,5 cm) intitulado **Geographia da Província de S. Paulo** adaptada à Lição das Escolas e oferecida à Assembléa Legislativa Provincial (...) mandada imprimir por ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. João Jacyntho de Mendonça (S. Paulo, Typ. Imparcial de J. R. de A. Marques, 1862. XIV + 122 p.).

Mas, de todos seus escritos, o que maior repercussão teve foi, sem dúvida, a "Memória Histórica sobre a Questão de Limites entre o Brazil e Montevideo". Aparecida, primeiramente, em opúsculo, impresso em São Paulo, em 1852, mereceu do Instituto Brasileiro sua inclusão na Revista, que lhe dedicou um de seus fascículos, em que se reuniram, também, os debates que ensejou.

Trabalho apaixonado, decorreu de sua participação nas lutas do sul, logo após a Independência, de cujas forças em operação foi o secretário, além de combatente. Inconformado com os termos do tratado de limites entre o Império e a República Oriental do Uruguai, de 1851, investe contra ele. Denuncia a entrega de território nacional à antiga Banda Oriental, desnacionalizando brasileiros lá residentes e os tornando presa inerte de perseguições e de esbulhos.

O Instituto, tomando conhecimento da **Memória**, incumbiu dois de seus membros de opinar a respeito. Surgiram, então, dois entendimentos opostos. O Conselheiro Ponte Ribeiro, que fôra um dos diplomatas brasileiros que participaram das negociações do tratado, entendia que a Instituição não devia acolher o trabalho por sua ilações

que contrariavam a "retidão que caracteriza a política do Brasil com os estados limítrofes (...) e [que eram] menos justas na apreciação dos atos do governo imperial".

Já o outro analista, Cândido de Oliveira, considerando o valor da contribuição histórica sobre aqueles sucesso, manifesta-se no sentido de ser o trabalho "digno de merecer o apreço do Instituto", a despeito de reparos que pudesse suscitar o "juízo crítico de seu autor acerca de um ou outro fato de importância secundária para o futuro historiador".

Origem do Instituto, no exame da matéria, levou-o a determinar que outro de seus membros analisasse o parecer de Ponte Ribeiro. Coube a Gonçalves Dias, o poeta, o encargo. Em seu pronunciamento, ressalta o caráter científico da Entidade, despido de qualquer cunho político, pelo que "não deve passar aresto de se rejeitarem certos trabalhos, porque os seus autores, apresentando fatos sabidos, tiram deles conseqüências que não enquadram com a diplomacia, com a política ou com o nosso pensamento individual; (...) não convém, enfim, que parta do próprio Instituto a confissão perigosa de um caráter oficial que não nos cabe".

Dos trabalhos de Machado de Oliveira, o de maior extensão é o **Quadro Histórico da Província de São Paulo**. Como já se viu, a elaboração de uma História de São Paulo entrou nas cogitações da Assembléa Legislativa, que, na Lei Orçamentária de 1851, autorizou o Presidente da Província "a nomear um cronista" para escreve-la. Ao que tudo indica, este cometimento não chegou a ser atribuído. Mas, é provável que a idéa o tenha empolgado. E a dedicatória do Quadro, que é "oferecido à Assembléa Legislativa Provincial", leva a essa convicção.

A obra é apresentada como sendo "para uso das escolas de Instrução Pública", isto é, para o curso primário. Na verdade, não tem cunho didático e, muito menos, se adaptava ao ensino nas escolas elementares. Não obstante as limitações, que decorrem de sua concepção e de seu feitio, contém o livro uma contribuição crítica que desmente aquele seu pretendido caráter. Ao contrário da história oficial, que se ministra aos neófitos, não transforma em heróis sem mácula os vultos de que cuida, nem eleva à condição de atos meritórios todos seus procedimentos. O leitor a que se destina é de nível bem mais elevado,

soando falso o atributo que, inadvertidamente, lhe emprestou o autor. Tanto assim que, na reedição do **Quadro Histórico**, promovida, postumamente, por seu filho Brasília Machado, foi aquela advertência suprimida, sem que o trabalho se ressentisse.

Como o próprio título sugere, trata-se de uma síntese da História de São Paulo. A despeito da característica do gênero ser a compilação, há nele significativa contribuição pessoal de Machado de Oliveira, que se utiliza de dados por ele levantados nas fontes. Vale-se também, de outros escritos seus. Inicia, aliás, o rol das remissões invocando a "Notícia Raciocinada sobre as Aldeias dos Índios", citada mediante a indicação do repositório em que fora inserida (p. 16). No tocante aos autores que o precederam na narração dos fastos da Província e nos quais se louva, não oculta as fontes. Contudo, por um defeito de técnica, comum na época, as remissões nem sempre são explícitas e, muito menos, completas. A deficiência dificulta a identificação de trechos transcritos, ou a localização do texto em que se abeberou, para efeito de conferência. A ausência de bibliografia aumenta esses percalços.

Frei Gaspar da Madre de Deus é o primeiro autor, cuja autoridade invoca, através da "Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil", estampada na **Revista do Instituto Histórico Brasileiro** (14) e, logo mais adiante, da **Memória para a História da Capitania de S. Vicente**. O beneditino serviu-lhe do guia principal, na feitura dos nove primeiros capítulos.

Quando trata das investidas dos tamoios ás povoações do litoral paulista e das fortificações nele erguidas, dedica certo espaço a Hans Staden, (o Brigadeiro grafa **Stad**), face à circunstância de que "o fortim de Santo Amaro, na margem direita do Bertioga, esteve algum tempo sob o (seu) comando".

Procura ser imparcial, no exame da obra catequética que as várias ordens religiosas desenvolveram entre nossos índios. Ressalta o papel dos jesuítas, nessa tarefa, em que foi inexedível seu esforço no "zeloso afã (...) pelas liberdades dos índios" (p. 70). Mas, também, consigna seu procedimento quando, em 1563, os indígenas, dizimados pela varíola e acossados pela fome, entregam-se ao cativoiro. "As tribos que não se haviam internado nas matas quando foram espoliados de suas terras, - escreve Machado de Oliveira - reunidas em grupos em sítios

pouco distantes de Piratininga viviam a seu modo sujeitas a um chefe de sua escolha: deste estado de coisas os jesuítas souberam tirar partido, convertendo esses grupos em aldeamentos, cujo regime entregaram a seus confrades, e empregando os índios no roteamento e cultivo das terras que lhe eram anexas, e cujo produto era mais em favor dos padres e dos colonos seus mais íntimos adesos do que em proveito dos que trabalhavam para havê-los" (p. 66-67).

Dentre os escritos dos membros da Companhia de Jesus, cita a **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes**, de Manuel da Fonseca, em notas de rodapé. Tudo indica, porém, que se serviu, também, da **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**, composta por Simão de Vasconcelos. Fê-lo, ao que parece, ao cuidar da "Confederação dos Tamoios". É o que deflui das passagens que figuram nas páginas 62 a 65.

José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo (**Memórias Históricas do Rio de Janeiro**), José Inácio de Abreu e Lima (**Synopsis ou Dedução Chronologica dos Factos Notaveis da História do Brasil**), José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (**Anais da Província de S. Pedro**), Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (**História Geral do Brasil**) são alguns dos outros autores em que se louvou Machado de Oliveira, segundo as remissões que faz às respectivas obras.

Mas, foi Auguste de Saint-Hilaire quem mais contribuiu para a feitura do **Quadro Histórico**, a partir de sua denominação. Embora nem sempre remeta o leitor à fonte, é fácil localizar-se a parte da **Hist. de la Prov. de St. Paul** de que promanam inúmeras de suas asserções. Na bibliografia do naturalista francês, não logramos encontrar nenhum trabalho com o título acima. Saint-Hilaire, no entanto, publicou **Tableau Général de la Province de Saint-Paul** (Paris, Arthus Bertrand Libraire-Éditeur, 1851. 147 p.), que é, segundo se lê no frontespício, *extrait d'un Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Saint-Catherine*". Tudo indica que, a despeito da divergência entre as denominações, se trata da mesma obra. A familiaridade do Brigadeiro com este trabalho, põe em destaque que, pelo menos por referência, conhecia a **Corografia Brasileira**, de Aires do Casal; a **Crônica da Companhia de Jesus**, de Simão de Vasconcelos; a **História do Brasil**, de Robert Southey - sua primeira edição brasileira é de 1862 - e a "Notícia histórica da expulsão

dos jesuítas do Colégio de S. Paulo”, de Pedro Taques, publicada na **Revista do Instituto Histórico Brasileiro** (XII/5), além de outras obras históricas, às quais não faz a menor alusão.

A contribuição pessoal de Machado de Oliveira, como pesquisador, na elaboração do **Quadro Histórico**, é importante. A descrição por ele feita dos incidentes ocorridos entre os moradores da Vila de São Paulo e os Jesuítas, tendo por objeto os índios em 1611 e 1612, se baseia nas atas da Câmara Municipal (p. 81 e 82), então inéditas. Devassou, igualmente, o Registro Geral da mesma edilidade, igualmente inédito àquela altura, onde se encontra a provisão do Marques de Cascais, de 22 de março de 1681, transferindo de São Vicente para São Paulo a cabeça da Capitania, à qual se refere. É ainda do arquivo municipal o "auto de posse da capitania de S. Paulo em nome de S. Magestade", por ele mencionado e que decorreu da compra feita pela Coroa ao Marquês de Cascais pelo "presso de quarenta mil cruzados pagos na junta do comércio e luva de quatro mil cruzados que mais se lhe derão pela dita capnia de sincoenta legoas de costa contheudas na escritura, de venda e compra que dellas se fes pellos procuradores da fazenda real e do dito Marques de Cascais e coroa de Sua Mag. de".

Sua maior fonte, no entanto, foi o arquivo da Secretaria da Presidência da Província, precursor do Arquivo do Estado. Utilizou-se, aí, das cartas, ofícios e outros papéis públicos expedidos ou recebidos pelos Capitães-Generais. Cita e transcreve trechos de cartas do Conde de Sarzedas, do Morgado de Mateus, de Martim Lopes Lobo de Saldanha, de Bernardo José de Lorena, de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, de Antonio José de Franca e Horta, bem como da "correspondência oficial entre o governo provisório e o geral em 1822".

Por outro lado, não despreza a tradição oral. Registra-a, sem contudo a acolher. Na passagem em que narra a exploração empreendida ao interior, através do Tietê, e no curso da qual Anchieta sofreu um naufrágio no salto de Avanhanda (no **Quadro** se lê Avaremandoava), faz, em nota ao texto remissão à lenda que cerca o episódio. E, no comentário que tece, repele a versão. "É absolutamente inverossímel, como ali se acha escrito, que passadas algumas horas depois do naufrágio de Anchieta fora este arrancado do fundo do rio, vivo e lendo seu breviário com uma luz na mão".

Se a esta, de cunho eminentemente místico, faz restrições de ordem lógica, se aproveita de outra para tirar conseqüências de natureza moral. Aproveita da tradição oral o conteúdo psicológico de que se reveste. É, igualmente, em nota de roda-pé que assinala a versão popular que ressalta o despreendimento dos paulistas em suas investidas pelo sertão. "Entre as velhas tradições que vogam na província - lê-se à p. 151 - há uma que friza bem com essa asserção e significa o caráter moral dos paulistas. Fernão Dias Pais e seus parentes, que descobriram Minas, cotizaram-se para brindar o rei de Portugal com uma peça de ouro maciço representando, ao natural, um cacho de bananas, e Fernão incumbiu-se de apresentá-lo ao rei. Este, maravilhado e nos alvoroços de seu contentamento, assentando que faria manifestar em agradecimento concedendo **graças pedidas**, ordenou a um de seus cortezãos que declarasse ao ofertante que seria satisfeito em tudo que pedisse. O recado do rei foi dado e o altivo paulista, formalizando-se ao ouvi-lo, respondeu pelo seguinte modo: "Pois se eu venho **dar**, como hei de **pedir!**?"

Machado de Oliveira, seguindo, por certo, a lição de Voltaire, entendia que a História deve ter por base a verdade. Para ele, "o historiador deve ter sempre ante si a imagem augusta da cândida verdade; só a ela sacrificar para que o auxilie constantemente e o subtraia a paixões ignóbeis, a injustos conceitos. O seu primeiro cuidado, o seu primeiro dever é expelir de sua alma todo o temor, toda a esperança... Sobranceiro deve ser ele a todas as considerações humanas, para que possa planar sobre as aspirações mesquinhas dos que, com ofensa da verdade, procuram inverter os fatos e formula-los à guiza dos seus desejos, ou à satisfação de malignas sugestões"

Na fatura do **Quadro Histórico** manteve-se fiel ao conceito que traçou. Veja-se, a propósito, o juízo que emite sobre os paulistas e sobre os mamelucos, como preadores de índios e as considerações que tece a respeito da ocupação do território de Iguatemi pela gente de São Paulo.

A despeito dos reparos que se lhe possam fazer, é inegável que o Brigadeiro Machado de Oliveira prestou valioso serviço às letras históricas elaborando o **Quadro Histórico**. Basta lembrar que, segundo assinala Rubens Borba de Moraes, "o resumo da história de São Paulo,

feito por Saint-Hilaire, ainda é dos melhores que possuímos”. Servindo-se do modelar trabalho do consciencioso naturalista francês, ampliando-o e trazendo-lhe achegas, colhidas em pesquisas que levou a cabo, com autoridade, nas fontes mais credenciadas da Província, concorreu não apenas para divulga-lo, mas, igualmente, para difundir a História de São Paulo. E, como, no tocante às sínteses, não se modificou a nossa historiografia regional, o **Quadro Histórico da Província de São Paulo**, relativamente ao período que abrange e dado seu caráter pioneiro, não perdeu sua importância.